

Pauta da 06ª Reunião Ordinária da Plenária – 2025

Data: 09 de abril de 2025

I - Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

II- Informes;

III - Ordem do dia: Os desafios dos ADIs nas Unidades Escolares

IV - Palavra facultada.

Ata da 06ª Reunião Ordinária Plenária

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, na Sede do Conselho Municipal de Educação do Recife, Av. Visconde de Suassuna, 141 – Santo Amaro, às dez horas e cinquenta minutos, realizou-se a sexta reunião ordinária plenária. Presentes os conselheiros: Ana Paula de Oliveira Tavares, presidente; Wallace Melo Gonçalves Barbosa, vice-presidente; Ana Rafaela Ávila de Souza; Fernando José Felix da Silva; Francisco Soares de Santana; Glaydson Alves Santiago; Josineide Antônia da Silva Melo; Neuza Maria Pontes de Mendonça; Pedro Henrique Wanderley Silva; Rosângela Maria da Conceição Santos e Socorro Barros de Aquino. A presidente iniciou a sessão cumprimentando a todos e autorizou a leitura da ata da quinta reunião ordinária, a qual foi aprovada sem alteração. **Informes.** Wallace iniciou falando que tinha três informes. Primeiramente, foi informado que o MEC irá divulgar de forma completa os dados do Censo Escolar de 2024, tornando todos os dados públicos para análise. Em segundo lugar, foi relatado que no dia 08 ocorreu uma audiência da Comissão de Educação no Senado, liderada pela senadora Teresa Leitão, para tratar do Plano Nacional de Educação (PNE). Durante a audiência, destacou-se que o novo projeto do PNE já está em tramitação na Câmara dos Deputados e que o prazo para sua aprovação vai até 2025. A principal preocupação levantada é que o Congresso não cumpra esse prazo. Por fim, o terceiro informe trata de uma decisão do STF: por unanimidade, os ministros, sob relatoria do ministro Flávio Dino, consideraram inconstitucional uma lei distrital que regulamentava o homeschooling. Segundo o entendimento da Corte, “casa é casa e escola é escola”. A conselheira Socorro iniciou sua fala destacando que, de acordo com a Lei nº 17.325/2007, o Conselho Municipal é o responsável pela condução do Plano Municipal de Educação. Apesar de, recentemente, essa coordenação estar sendo feita pelo Fórum, é fundamental que o Conselho assuma seu papel de protagonismo nesse processo.

Ela também chamou atenção para outro ponto: a rede ainda enfrenta dificuldades com o agendamento da Mesa de Negociação, com alterações de datas feitas em cima da hora. Muitas vezes, os ofícios com mudanças chegam no final da tarde de uma sexta-feira, o que prejudica o planejamento e a participação da categoria. Ela enfatizou que a categoria está profundamente incomodada com esse tipo de atitude e reforçou que não pode continuar sendo refém de decisões tomadas sem a devida antecedência e transparência. A presidente disse que, sobre o plano municipal, já está em pauta para conversa com a nova secretária. Ana Paula informou também que após o falecimento de Milton Herreira, a conselheira Érica, coordenadora da regional de São Francisco que tinha feito no lugar dele a oficina na formação UNCME, também veio a falecer cinco dias depois. O último informe foi sobre a participação, na última sexta-feira, em uma reunião do CACS FUNDEB, a convite da Presidente Bruna, para tratar da questão do credenciamento das entidades parceiras. O objetivo era apresentar um pouco do trabalho desenvolvido, mas, segundo o que ela entendeu, a principal preocupação foi verificar se os conselhos estão de fato acompanhando o processo e realizando o monitoramento necessário — tema que foi amplamente debatido durante a reunião. Ela também destacou a responsabilidade dos conselhos em relação a qualquer projeto lançado pela Secretaria, reforçando a importância de que os presidentes dos conselhos mantenham uma comunicação constante sobre essas questões. **Ordem do dia.** A presidente iniciou a reunião seguindo o planejamento previamente sugerido, destacando o tema do dia: o desafio dos Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADI) nas unidades escolares, pauta proposta pelo conselheiro Pedro. Em seguida, solicitou que ele fizesse sua explanação sobre o assunto. Ele iniciou destacando que os principais desafios enfrentados atualmente são a relação quantitativa entre adultos e crianças nas unidades escolares, além da falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para os profissionais. A conselheira Socorro complementou, chamando atenção para as condições do trabalho ao cuidar das crianças. Ressaltou que um ponto frequentemente discutido é a oferta de formações ao longo do ano: enquanto os professores têm garantida sua formação continuada, os ADIs, por outro lado, contam com apenas duas formações anuais, o que é insuficiente diante das demandas da função. A isonomia no ambiente de trabalho também foi apontada como um ponto importante. Foi destacado que, na prática, muitos homens que atuam como ADIs são aconselhados a não realizar procedimentos de higiene nas crianças, por receio de denúncias de abuso. Essa postura, embora preventiva, acaba gerando uma sobrecarga para as mulheres, que assumem majoritariamente essas tarefas.

Pontuou que homens e mulheres concorrem em igualdade de condições no concurso público, mas, na divisão das responsabilidades no cotidiano profissional, ocorre uma distinção que fere o princípio da equidade. Outro ponto importante é a disputa entre os ADIS e professores sobre as atribuições em sala de aula. Ela lembra que foram ampliadas as atribuições dos ADIS, mas existem muitas contradições e é preciso tratar sobre isso. O conselheiro Pedro falou também que sempre solicita à SEDUC que crie grupos de mediação de conflitos para essas temáticas, sobre os conflitos nas unidades, e montar uma comissão de cada categoria. O conselheiro Glaydson lembrou que, no calendário de 2025, entre os momentos de planejamento e os conselhos pedagógicos, estão previstos sete dias sem atendimento direto aos alunos. Por isso, destacou a necessidade de um melhor planejamento das formações, uma vez que há dias específicos no calendário que podem ser utilizados para esse fim. A conselheira Neuza questionou se os ADI's participaram das formações no início do ano. Pedro falou que só houve essa do início, e até agora não teve calendário para formações da categoria dos ADIs. Neuza então perguntou se o que eles tão pedindo são formações continuadas específicas como os professores. Pedro explicou que a formação do ADI acontece apenas no início, meio e fim do ano, então ele acha importante que deveriam existir mais momentos. Socorro disse que compreende a colocação de Glaydson, mas ressaltou que esses momentos de reunião acabam sendo utilizados, na prática, para questões administrativas e mediação de conflitos, e não voltados efetivamente à formação. Ela enfatizou que ainda não se reconhece, de forma plena, a indissociabilidade entre o cuidar e o educar na educação infantil. Segundo Socorro, isso leva a um gasto excessivo de energia com tarefas de caráter mais doméstico, o que compromete a efetividade e a funcionalidade dos momentos formativos. A presidente comentou que já possui experiência no ambiente pedagógico e já trabalhou em rede, mas acredita que, muitas vezes, o problema não é a quantidade de tarefas, mas sim uma questão de organização e escuta. Ressaltou a importância de que todas as partes envolvidas estejam realmente interessadas no processo. Ela explicou que os ADIS estão cada vez mais presentes, ganhando espaço de diálogo, porém é importante saber a quem recorrer, e qual proposta fazer. Pedro ressaltou que, para realmente debater sobre a formação, é essencial que haja diálogo com quem toma as decisões. Caso contrário, o espaço de discussão acaba se tornando ilusório. Frisou que falta normatização. A presidente Ana Paula falou que estão sendo elencados todos os pontos trazidos por Pedro e agora é preciso entender quais encaminhamentos serão necessários fazer. Wallace sugeriu convidar alguém sobre isso e questionou até onde seria bom normatizar, porque pode acontecer da burocratização engessar as relações, já que fica sob a tutela do gestor. Ana Paula

comentou que os papéis devem estar bem definidos para todos os profissionais da unidade de ensino, pois todos participam do processo. Pedro afirmou que isso ocorre porque existem categorias que não são devidamente ouvidas. Ele explicou que o levantamento realizado pelas regionais tem ouvido apenas os gestores, e não os outros servidores. Por isso, destacou a importância de debater essa questão e sugeriu a criação de comissões permanentes de mediação para solucionar esses problemas. Segue, abaixo, os pontos elencados na reunião para encaminhamentos:

PAUTA: DESAFIOS DOS ADIS
Pontos Elencados
AQUISIÇÃO DE EPIs
FORMAÇÕES
SOBRECARGA DAS MULHERES NAS ATIVIDADES
NORMATIZAR ATIVIDADES/PRÁTICAS ROTINEIRAS
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
RELAÇÃO ADULTO/CRIANÇA

Wallace finalizou falando que deveriam conversar com Ozanira, que é representante dos gestores, e seria bom ouvi-la para entender o outro lado. Glaydson acrescentou falando que é muito bom que no conselho tenha a possibilidade de ouvir diferentes categorias, mas ele acha que tem encaminhamentos que a própria rede já garante. Por exemplo, se um servidor se sente assediado, ele tem um caminho para prestar queixa e que isso pode ser apurado. Então a própria secretaria dispõe disso. Hoje em dia não existe mais espaço para um diretor achar que manda mais do que a lei permite e a prefeitura tem um setor específico para essa demanda e para quem não quer se expor ainda existe a ouvidoria. A presidente acrescentou que como ela está em gestão de rede, é possível identificar aquelas pessoas que não estão em condições de estar em determinada função, só que aquilo que não fica registrado se perde. Então ela frisou que é preciso deixar registrado pois se não vai acontecer futuramente a mesma situação. Por fim, a presidente e todos presentes concordaram que na reunião seguinte irão conversar com Ozanira, que é representante dos gestores, e logo após seguir com os encaminhamentos necessários.

Palavra Facultada. A presidente Ana Paula comentou sobre a questão dos processos que estão sendo encaminhados pela CEI. Ela sugeriu que esses processos sejam trazidos para apreciação do Pleno, com a citação nominal de cada um, e que a votação ocorra em bloco. A proposta foi aceita por todos. Em seguida, a secretária Gabriella realizou a leitura das unidades educacionais submetidas à votação: Escola cristã na Várzea unidade I, Escola cristã na Várzea unidade II, Lar Educando com Amor, Instituto Grande Ser, Colégio Decisão Kids, Escola Comunitária Coração da Infância , Colégio CMTC, Colégio CFC Baby e Instituto João Batista. Todos os pareceres foram desfavoráveis. O segundo ponto discutido foi a necessidade de responder ao Dr. Salomão, referente ao grupo de trabalho (GT) sobre entrega e busca das crianças. Foi ressaltada a importância da formação desse GT. Foram designados para compor o grupo os conselheiros: Ana Rafaela, Francisco, Ozanira como representante dos gestores da Rede, além de dois representantes da Secretaria. O conselheiro Francisco questionou sobre os resultados das conferências de educação realizadas desde o ano 2000 até os dias atuais. No entanto, observou que, na rede, constam apenas duas conferências disponíveis no Portal da Transparência. Ele destacou que, anteriormente, quem organizava as conferências era o Fórum de Educação. Ao buscar mais informações com a senhora Ivanete, foi informado de que ela possui registros apenas a partir de 2016. A presidente Ana Paula comentou que esse tema já está incluído como ponto de pauta para ser discutido com a secretária, especialmente no que se refere à atuação e à organização do Fórum. Francisco sugeriu como ponto de pauta para o segundo semestre. Nada mais havendo a tratar a presidente do Conselho Municipal de Educação, Ana Paula de Oliveira Tavares, encerrou a reunião e eu, Gabriella Silva Mendes, secretária adhoc desta reunião plenária, lavrei a seguinte ata, que vai por mim assinada e pelos demais conselheiros presentes.